

CLIPPING IMPRESSO

20/10/2021



INDICE

1. ESMAM	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1 - 3
1.2. JORNAL PEQUENO.....	4

Direito à família

33 crianças estão aptas a serem adotadas no Maranhão

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até o dia 18 de outubro, 328 crianças haviam sido acolhidas no Maranhão. **CIDADES 5**



Matheus Soares

Segundo o CNJ, 328 crianças foram acolhidas em abrigos no Maranhão até dia 18 deste mês; 181 são consideradas pretendentes disponíveis

33 crianças estão disponíveis para adoção no MA

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, até o dia 18 de outubro, 328 crianças foram acolhidas no MA; 181 delas são consideradas pretendentes disponíveis

Matheus Soares

Dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), até a última segunda-feira (18), 328 crianças foram acolhidas em unidades como abrigos no Maranhão, contudo, destas, apenas 33 estão aptas para adoção, enquanto 181 delas são consideradas pretendentes disponíveis.

No Brasil, a adoção é regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o direito da convivência familiar e comunitária com dignidade aos (às) pequenos (as). O processo legal de adoção é realizado na justiça por intermédio da Vara da Infância e Juventude.

Ainda de acordo com os dados do CNJ, a maioria dessas crianças foram acolhidas há mais de três

anos e ainda não conseguiram encontrar um novo lar, enquanto cerca de 96 crianças ficam até 6 meses apenas, antes de serem adotadas ou reintegradas. Desde 2020, 112 crianças já foram reintegradas no Maranhão. Já em relação a adoção, 69 crianças já foram adotadas desde 2019 no estado.

Os dados ainda mostram que 50,3% das crianças e adolescentes acolhidos são do sexo masculino, sendo a maioria com a faixa etária entre 12 e 15 anos. 30,8% das crianças são pardas e 95,1% não têm problemas de saúde.

Projetos

Recentemente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu o último encontro da segunda turma



A maioria das crianças foram acolhidas há mais de três anos

do "Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica para Pretendentes à Adoção". O curso é um pré-requisito

para a formalização do processo de adoção, promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), em

parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

O projeto ocorreu nos dias 17 e 24 de setembro e 1º e 8 de outubro, das 14h às 16h, por videoconferência, com a participação de pretendentes à adoção em fase de habilitação junto às comarcas de Balsas e São José de Ribamar, visando esclarecer as ações e viabilizar a operacionalização de projetos de ensino virtual, que envolvam questões interinstitucionais infantojuvenis.

Processo de adoção

Há uma série de requisitos estabelecidos pela legislação para que pessoas e ou casais se candidatem ao processo. O primeiro passo para quem quer adotar é procurar a Vara de Infância e Juventude (VIJ) da sua

região. Lá, a pessoa obterá informações específicas sobre o processo e receberá uma lista de documentos pessoais a serem apresentados – como cópia do CPF; identidade, certidão de casamento ou união estável (se for o caso) – comprovante de residência, comprovante de bons antecedentes criminais e atestado de saúde física e mental.

Após protocolar a inscrição, a pessoa – ou casal – deve participar de um curso de preparação psicossocial e jurídica voltada para adoção. Nesse curso, os candidatos a adotantes adquirem uma noção mais ampla da importância da preparação emocional de toda a família e de todas as mudanças que virão com a chegada de um novo integrante.●

Corregedoria do Judiciário e parceiros promovem Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Registro Civil, realizará a “Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021”, nos dias 26 e 27 de outubro, em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) e com o apoio do Governo do Estado e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). A abertura dos trabalhos será realizada às 9h30 do dia 26, com os pronunciamentos do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, que priorizou as políticas públicas de fomento ao registro civil em sua gestão e o apoio às serventias

extrajudiciais no combate ao sub-registro no Maranhão. A Semana proporcionará debates em torno de painéis a serem ministrados por especialistas sobre temas relacionados aos direitos humanos e cidadania, novas tecnologias a serviço do Registro Civil e cooperação institucional na política de combate ao sub-registro – subnotificação do registro civil, notadamente entre as regiões mais pobres do país. O evento será virtual e transmitido pela plataforma social youtube da CGJ-MA. A programação já está fechada e para participar não é necessária inscrição prévia no evento.

PROGRAMAÇÃO

Os painéis terão início às 10h, com o tema “Biometria Neonatal”, com o diretor do

Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, e moderação do corregedor-geral. Em seguida, a jornalista, professora e pesquisadora Fernanda da Escóssia fará a exposição do painel “Os invisíveis”, com moderação da juíza Jaqueline Reis Caracas, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA.

No período da tarde, às 15h30, o secretário estadual de direitos humanos e participação popular, Francisco Gonçalves, apresentará o painel “Atuação Articulada dos Atores da Rede de Cooperação no Combate ao Sub-registro”, moderado pelo juiz Anderson Sobral, auxiliar da CGJ. No dia 27, o presidente da Arpen-Brasil, Gustavo

Fiscarelli, vai expor sobre “O Papel da Arpen no Combate ao Sub-registro”, com participação do representante estadual Devanir Garcia (Arpen-MA), às 15h. Em seguida, a juíza Maria Paula Rossi, auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e supervisora da Coordenadoria de Gestão dos Serviços Notariais e de Registro falará sobre “O Combate ao Sub-registro na Perspectiva da Corregedoria Nacional de Justiça”. O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam, será o moderador do debate.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, fará o encerramento do evento, previsto para as 16h45.